

## EDITORIAL

## A crise e a opção pela Recuperação Judicial

**O**s problemas em menor escala nas Instituições da Rede Metodista já haviam começado antes, mas a sua gravidade se evidenciou no início de 2018, quando os atrasos de salários de alguns professores por alguns dias passaram a ser de todos por mais de um mês.

As pendências salariais ensejaram greves dos professores. No IPA, foram três paralisações em 2018. As pendências rescisórias motivaram denúncias ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e uma sequência de ações judiciais, pleiteando os direitos dos grupos de desligados a cada final de semestre letivo.

Acordos judiciais e extrajudiciais não cumpridos e, a partir do início de 2020, salários mensais sistematicamente pagos pela metade, o que, como todos sabemos, levou a novas greves a partir da segunda quinzena de outubro, aliás, no IE em Passo Fundo já em meados do ano.

Essas paralisações tiveram o mérito de ampliar o percentual de salário mensal pago, mas, é claro, não resolveram as pendências anteriores.

A todas essas, era de se imaginar que a Igreja Metodista fizesse algo para estancar o processo de erosão/desgaste de sua credibilidade como Igreja e como Mantenedora de um histórico projeto educacional.

No final de novembro foram demitidos os gestores da Rede Metodista de Educação, face às evidências contundentes de sua incompetência e incapacidade de, pelo menos, cessar os problemas.

Antes tarde do que nunca, mas, ao que parece, já era tarde para sanar as pendências trabalhistas, recuperar as instituições e alguma credibilidade, sem um trauma maior.

Foi preciso recorrer à Recuperação Judicial – RJ para tentar evitar a falência.

Foto: Igor Sperotto



O Sinpro/RS lamenta que a crise das Instituições Metodistas tenha chegado a este ponto, porém considera que, ante o quadro dado, foi uma decisão acertada a fim de evitar um mal ainda maior, que seria a falência e o encerramento das Instituições Educacionais Metodistas, espaço de trabalho, ainda, de centenas de professores e de estudo de milhares de alunos.

O deferimento da RJ pela Justiça no início de maio precisa ser efetivamente um marco para o restabelecimento da normalidade dos pagamentos salariais e do cumprimento dos contratos de trabalho.

O Sinpro/RS, já com alguma experiência na relação com o instituto da RJ, angariada nas tratativas com outra rede de instituições em recuperação judicial, reitera seu compromisso de zelar pelos direitos dos professores e ex-professores, agora no âmbito da RJ, no qual terão que ser disputados com a voracidade de outros credores, alguns deles já ativos nesta nova arena de interesses.

**Direção Colegiada**

# Os fatos e acontecimentos

O ajuizamento da Recuperação Judicial das Instituições Metodistas foi precedido do ajuizamento de uma cautelar preparatória, no dia 9 de abril, a qual foi deferida pelo 2º Juízo da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre, no dia 14 de abril.

Ajuizada, a RJ foi deferida no dia 10 de maio para todas as Instituições Metodistas de Educação no país. São 17 instituições em cinco estados e dez associações regionais da Igreja Metodista.

Ainda na fase preparatória, aconteceu a inclusão da Igreja Metodista no processo, o que foi avaliado positivamente pela assessoria do Sinpro/RS, uma vez que se trata da efetiva proprietária dos bens imóveis, cuja desmobilização, certamente, constituirá a fonte de recursos para a quitação das pendências.

No último dia 2 de junho, a Direção do Sinpro/RS esteve reunida com a Direção Administrativa da Rede, ocasião em

que foi informada da inviabilidade, ainda, do pagamento integral dos salários de maio neste começo de junho.

A Assessoria Jurídica do Sindicato registrou que esse fato representa descumprimento de pressuposto da RJ, o que pode comprometer a credibilidade da condição de Instituição/empresa recuperanda, deferida pela Justiça.

Conforme já divulgado, o problema seria em decorrência de alguma instabilidade no próprio processo judicial, com a manutenção, ainda, de alguns bloqueios judiciais. Os representantes da Rede asseguraram que o próximo vencimento (salário de junho) será pago de forma integral.

No dia 4 de junho, a Rede Metodista apresentou no processo o Quadro Geral de Credores, por Instituição, sem incluir os processos coletivos ajuizados pelo Sinpro/RS, o que se deve ao fato de esses ainda não terem transitado em julgado. Essa situação já integrou a pauta da reunião realizada no dia 2 de junho e será retomada na próxima reunião, no dia 16 de junho.

## RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS METODISTAS INTEGRANTES DA RJ:

Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda. – Cesupa  
Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista – IPA  
Instituto Metodista de Educação e Cultura – Imec  
Instituto Metodista Centenário – IMC  
Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo – IE  
Instituto União de Uruguaiana da Igreja Metodista – IU  
Instituto Metodista de Ensino Superior – IMS  
Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista – IEP  
Instituto Metodista Izabela Hendrix – IMIH

Instituto Metodista Granbery – IMG  
Instituto Metodista de Educação – Imed  
Instituto Metodista Bennett – IMB  
Educa – Produtos e Serviços – Educa  
Cogeime – Instituto Metodista de Serviços Educacionais – Cogeime  
Centro Wesleyano do Sul Paulista – Cewsup  
Instituto Metodista Educacional de Altamira – Imea  
Associação da Igreja Metodista

## IGREJA METODISTA E SUAS REGIONAIS INCLUÍDAS NA RJ:

Assoc. da Igreja Metodista – Primeira Região Eclesiástica  
Assoc. da Igreja Metodista – Segunda Região Eclesiástica  
Assoc. da Igreja Metodista – Terceira Região Eclesiástica  
Assoc. da Igreja Metodista – Quarta Região Eclesiástica  
Assoc. da Igreja Metodista – Quinta Região Eclesiástica

Assoc. da Igreja Metodista – Sexta Região Eclesiástica  
Assoc. da Igreja Metodista – Sétima Região Eclesiástica  
Assoc. da Igreja Metodista – Oitava Região Eclesiástica  
Assoc. da Igreja Metodista – Região Missionária do Nordeste  
Assoc. da Igreja Metodista – Região Missionária da Amazônia

# Análise jurídica da RJ

Em 9 de abril de 2021, o conjunto das Instituições Metodistas de Ensino de todo o Brasil protocolizou no Foro Central de Porto Alegre Tutela Cautelar Antecedente (Processo nº 5035686-71.2021.8.21.0001/RS), na qual apresentaram as instituições, abordaram as dificuldades de rentabilizar o ensino, de suas dificuldades econômicas específicas, da desorganização de suas contas, demonstraram que possuem patrimônio para cobrir suas dívidas, porém seria necessária a organização de todos os credores e que, portanto, iriam apresentar pedido de recuperação judicial.

Como não dispunham de todos os documentos e informações exigidos pela lei para processamento da Recuperação Judicial, apresentavam o pedido de Tutela Cautelar Antecedente, requerendo que fosse concedida a medida liminar para suspensão das ações de execução, de atos constitutivos e de pagamentos.

A medida liminar foi concedida em 14 de abril de 2021 para: “a) determinar a suspensão das ações individuais, a suspensão da exigibilidade de todos e quaisquer créditos trabalhistas, com garantia real, quirografários e enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte contra todos os Requerentes;

b) determinar às instituições financeiras Banco do Brasil S/A, Banco Santander S/A e Banco Bradesco S/A, absterem-se de fazer qualquer retenção de valores, títulos, depósitos e direitos para fins de autopagamento decorrentes dos instrumentos de cessão fiduciária de direitos creditórios”.

Com a concessão da antecipação de tutela, as Instituições Metodistas dispunham de 30 dias para emendar a petição inicial apresentada e requerer a concessão da recuperação judicial.

Em 29 de abril, apresentaram o pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido.

# Eventos da RJ

A Recuperação Judicial é um processo coletivo com consequências e eventos bastante específicos.

A primeira consequência da RJ é a suspensão de todas as execuções contra a Recuperanda e a criação de um concurso de credores, os quais serão pagos, conforme sua natureza, nas condições definidas no que se chama Plano de Recuperação Judicial, também este, um instituto próprio da RJ.

Ficam, então, sujeitas à RJ todas as obrigações geradas anteriormente ao pedido de recuperação judicial.

Essa suspensão das execuções e dos consequentes bloqueios judiciais perdura pelo prazo de 180 dias, podendo ser prorrogados, uma única vez, por mais 180 dias.

A partir do deferimento da recuperação judicial que se deu em 10 de maio de 2021 e durante esse período de suspensão, diversos atos devem ser cumpridos.

As Instituições Metodistas têm, assim, 60 dias, a partir de 10 de maio de 2021, para apresentar um Plano de Recuperação Judicial.

Ato seguinte, os credores terão 30 dias para apresentar suas objeções ao referido Plano.

Em paralelo, até a Assembleia Geral de Credores, que deverá ocorrer entre 180 e 360 dias, nos casos de prorrogação, o Administrador Judicial nomeado pelo juiz desempenhará uma série de atos de acompanhamento do processo de Recuperação Judicial, bem como verificará os créditos dos credores.

A verificação dos créditos é de suma importância para os professores, e o Sinpro/RS envidará todos os esforços, bem como adotará todas as medidas para que esses créditos contemplem, efetivamente, todos os direitos dos Professores e ex-professores com pendências rescisórias.

## Processos Coletivos

Em decorrência das irregularidades contratuais providas pela Rede Metodista, o Sinpro/RS promoveu, ao longo dos últimos anos, diversas ações coletivas, visando a garantir os direitos trabalhistas dos Professores.

Atualmente, o Sindicato possui 44 ações ativas, em trâmite em diversas fases processuais.

Entre os objetos pleiteados nas ações movidas pelo Sindicato, estão as multas por diversos atrasos salariais, incluído o décimo terceiro salário de vários períodos, férias e diferenças salariais (29 ações); verbas rescisórias de professores desligados pelas Instituições Metodistas,

ou questões relacionadas às rescisões contratuais (11 ações), redução de carga horária e da duração da hora-aula (três ações), além de ação visando à regularização dos depósitos de FGTS.

As ações promovidas ainda não transitaram em julgado e pendem de julgamento de recursos interpostos pelas partes.

Os créditos advindos das referidas ações serão devidamente cobrados pelo Sinpro/RS, através de expediente judicial adequado, considerando o deferimento da Recuperação Judicial da Rede Metodista.

## Você é o nosso melhor argumento para a sindicalização

Você, que já é sócio do Sinpro/RS, conhece os benefícios de ter um Sindicato com a estrutura necessária para fazer a defesa dos interesses das professoras e professores. Para seguirmos em frente, precisamos ampliar ainda mais o número de associados.

### Vamos premiar a sua participação!

Basta que os colegas que você convidou indiquem o seu nome como "Sindicalizador" no preenchimento da Ficha de Sindicalização, que está disponível em [www.sinprors.org.br/sindicalizacao](http://www.sinprors.org.br/sindicalizacao).



5 novos sócios,  
você ganha uma  
PASTA DE COURO



8 novos sócios,  
você ganha um  
SMARTPHONE



12 novos sócios,  
você ganha um  
NOTEBOOK

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**SINPRO/RS**  
**Você**  
**USA**  
**Você**  
**PRECISA**  
**SINDICALIZE-SE!**